

boletim Evoliano

Núm. 5, 2ª Série
3º Quadrimestre 2012

Uma única coisa deve importar ao Homem: permanecer de pé entre as ruínas

Vivemos numa
sociedade
“ginecocrática”?

Também neste número:

**A Raça e a
Montanha**

Joseph de Maistre

O Grupo de Ur

**O Herói e o
Império**

**Das “Ruínas”
ao “Cavalgar”**



Editorial

Seremos soldados...

Percorreremos as montanhas com as nossas bandeiras e estandartes, no alto encontraremos a serena e suprema justificação para descermos sobre as hostes inimigas. Faremos da montanha o nosso santuário, aí levantaremos os nossos braços em direcção ao Sol Invicto e retomaremos a marcha com novas energias.

As cidades foram-nos tomadas, primeiro pelos mercadores, depois pela população que numa sequência terrivelmente lógica a entregou aos párias. A amálgama nauseabunda sufoca-nos, mais, quando pensamos nas futuras gerações, nos nossos filhos, e em como isso os vai afectar, como já nos afecta a nós que rejeitamos a "felicidade" que o Mundo Moderno nos quer vender.

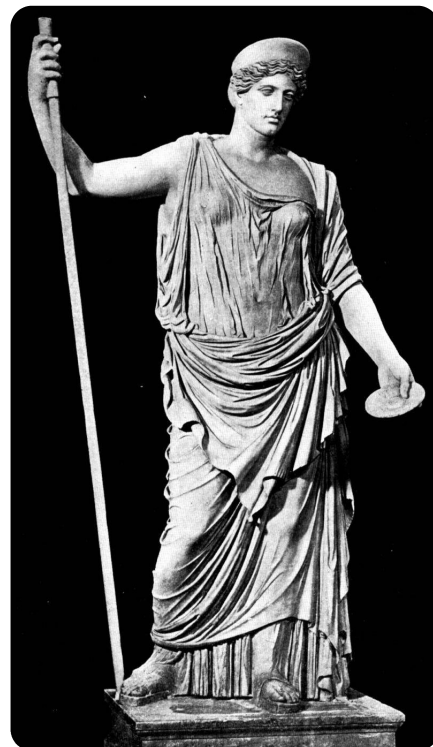
Não queremos, nem poderíamos, ser felizes num mundo em que os párias se tornaram senhores. Somos obrigados a viver assim, com eles, talvez até lhes passemos a imagem de que desistimos, mas isso é também estratégia, porque na verdade não capitulamos e aí estamos... de Pé!

É na montanha que a nossa verticalidade se reflecte e é esse o espelho que nos dá força. É a ascensão que nos eleva ao sagrado e é lá no alto que nos revemos uns nos outros como Irmãos de Armas, e é aí que, a cada nova Primavera, renovamos o nosso juramento para com a Ordem.

Mas isto é também uma questão de equilíbrio, ascendermos em busca do nosso centro, da nossa Força Primordial.

As batalhas, a guerra, essa, sabemos bem onde vai ter lugar: nas urbes cinzentas, anárquicas, grafitadas, super-amontoadas, onde os párias das várias classes económicas habitam como peixes na água. É este o palco do conflito, o combate urbano, pelo nosso lar, pela nossa família, pelo nosso bairro, pela nossa cidade... pelo Ideal.

Seremos soldados, viveremos como soldados, e conquistaremos assim a Liberdade perdida.



Na capa: representação da deusa Deméter

ÍNDICE

Editorial	2
Joseph de Maistre	3
A Raça e a Montanha	5
O Grupo de Ur	9
Vivemos numa sociedade "ginecocrática"?	13
O Herói e o Império	19
Das "Ruínas" ao "Cavalgar"	23

FICHA TÉCNICA

Número 5 (2ª Série)

3º quadrimestre 2012

Publicação quadrimestral

Internet:

www.boletimevoliano.pt.vu
www.legiaovertical.blogspot.com

Contacto:

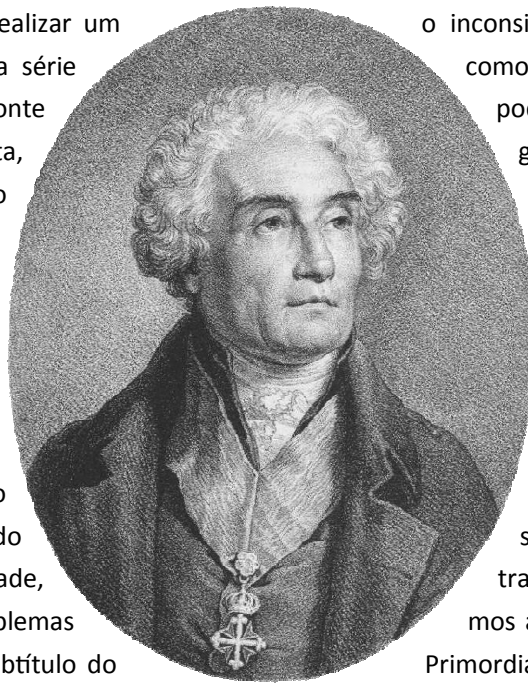
legiaovertical@gmail.com

Joseph de Maistre

JULIUS EVOLA

O editor Rusconi, que está a realizar um serviço meritório ao imprimir uma série de trabalhos que constituem uma fonte essencial para uma cultura de Direita, acaba de publicar uma nova edição das *Noites de São Petersburgo* de Joseph de Maistre, editada por Alfredo Cattabiani. Esta é a obra mais conhecida de de Maistre. No entanto, referências directas ao domínio político, no qual de Maistre mostrou o seu valor como “reaccionário”, são mais escassas do que noutros seus escritos. Na verdade, ele discute principalmente problemas morais e religiosos, e o próprio subtítulo do livro, “Diálogos sobre o Governo Temporal da Providência”, indica esta linha de pensamento, que não tem muito interesse para nós. Pressupondo expressamente a existência de uma Providência concebida em termos morais, de Maistre enfrenta o problema de a conciliar com o espectáculo oferecido pelo mundo e pela história como eles realmente são: maldades que ficam impunes, virtudes que não são recompensadas, e assim por diante.

Não se pode dizer que as soluções para este problema, propostas por de Maistre, sejam muito convincentes, e na verdade parece-nos haver um retorno à ideia de uma justiça divina que apenas adia a justa recompensa (como apoio, de Maistre inclui como apêndice ao seu livro um tratado de Plutarco intitulado *De sera numinis vindicta*). No entanto, de Maistre alcança uma visão mais livre e mais satisfatória quando compara os males e as contingências que recaem sobre todo o género humano às balas que atingem um exército sem fazer qualquer distinção entre os justos e os ímpios. Somos levados a concluir que qualquer ser consciente que assuma o estado humano de existência (desejando-



o inconsideradamente ou precipitadamente, como se diz num Tratado Hermético), não pode deixar de ficar exposto às contingências próprias de tal estado. Procurar ligações morais transcendentem em qualquer um dos casos, é algo natural, mas demonstra uma continuação da mesma ignorância ou imprudência, conforme for o caso.

Mas deixando de lado questões deste tipo, vamos mencionar algumas das ideias de de Maistre que são interessantes do ponto de vista tradicional. Em primeiro lugar, podemos apontar a sua crença numa Tradição Primordial. Pode ser que de Maistre o deva a

Claude de Saint-Martin, que ele conhecia, e que foi um expoente de doutrinas esotéricas (no âmbito da maçonaria, que era então bastante diferente do que é agora, de tal modo que até de Maistre fez parte dela). Depois, há a sua tese de que o estado originário da humanidade não foi o barbarismo. Pelo contrário, ele considera-o como tendo sido um estado de iluminação e de conhecimento, enquanto que o selvagem, o “primitivo”, seria apenas “o descendente de um homem separado da grande árvore da civilização, na sequência de uma prevaricação que não se pode repetir”.

Mas também noutros aspectos o homem se encontra afectado pela prevaricação e pela consequente degradação, causa da sua vulnerabilidade não só espiritual e intelectual, mas também física. Esta ideia é, evidentemente, semelhante à do “pecado original” da mitologia cristã, o contexto sendo, no entanto, mais vasto e mais aceitável. Quanto à sua tese sobre a verdadeira natureza dos “primitivos”, a sua adopção conduziria provavelmente a uma investigação etnológica de alto nível que evitaria muitos erros.

De Maistre acusa os sábios, os cientistas e outros

“ De Maistre, declarando-se a favor de uma restauração, enuncia um conceito importante dizendo que a contra-revolução não deve ser uma «revolução ao contrário» mas sim o «contrário de uma revolução».

como eles de, como que numa conspiração, negarem que alguém saiba mais do que eles ou de um modo diferente do deles. “Eles consideram irracional um tempo no qual os homens viam as causas e os efeitos claramente, mas eles exibem a mentalidade da nossa época actual, na qual os homens muito dificilmente conseguem penetrar dos efeitos às causas, e tendem a dizer que é inútil preocupar-se com causas, ou que dificilmente sabem o que é uma causa.” E acrescenta: “Eles propugnam inumeráveis clichés sobre a ignorância dos antigos, que viam espíritos por todo o lado: pois parece-me que eles são muito mais tolos do que esses antigos, porque eles não conseguem ver quaisquer factores espirituais. Ouvimos sempre falar de causas físicas. Mas o que é, em última análise, uma causa física?”

Para ele o axioma “nenhum evento físico na vida do homem pode ter uma causa superior” é nefasto e susceptível de promover uma fundamental superficialidade.

Ele rejeita a ideia de progresso. A ideia de involução parece-lhe mais plausível. De Maistre nota que numerosas tradições atestam que “o homem já começou na posse da ciência, mas de uma ciência diferente da nossa, e superior a ela, porque partia de um ponto mais elevado, o que também a tornava mais perigosa. E isto explica o porquê da ciência, no seu início, ter sido sempre misteriosa, e restrita aos templos, onde finalmente se extinguiu, quando a sua chama já não conseguia servir a não ser para queimar.”

De Maistre dava uma grande importância à oração e ao seu poder. Escreveu até: “Ninguém pode demonstrar que uma nação que reza não foi atendida”, mas, na verdade, é o contrário que deve ser demonstrado, o que não é fácil. Ele encontra-se perante a antítese entre a oração e o poder que lhe é atribuído, por um lado, e a imutabilidade das leis da natureza, por outro, antítese que de Maistre tenta conciliar, embora de forma não muito convincente. Ele considera que se algumas orações não são atendidas, é apenas devido a uma maior

sabedoria divina.

A defesa que de Maistre faz do carrasco como instrumento de Deus é frequentemente citada com horror e, ainda mais, a sua concepção do carácter divino da guerra. Infelizmente, estes críticos da visão de de Maistre não consideram que a guerra pode realmente e verdadeiramente expressar os mais altos valores espirituais, de heroísmo e de acção supra-individual; eles vêem-na em termos sombrios, como uma expiação que castiga uma humanidade fundamentalmente culpada e degradada. A diferença entre guerra justa e injusta, entre guerra de defesa e de conquista, entre a guerra do vitorioso e a dos vencidos, não é considerada. Estes pontos de vista estão pouco de acordo com uma orientação positivamente “reaccionária”.

Numa outra das suas obras, *Considerações sobre França*, de Maistre, declarando-se a favor de uma restauração, enuncia um conceito importante dizendo que a contra-revolução não deve ser uma “revolução ao contrário” mas sim o “contrário de uma revolução”. Devemos-lhe uma espécie de teologia da revolução; ele destaca aquilo que de “demoníaco” se esconde, em geral, sob o fenómeno revolucionário. Este aspecto é responsável pelo facto de a revolução arrastar os seus criadores, em vez de ser conduzida por eles. Apenas na época moderna temos o fenómeno de uma “revolução permanente” mais ou menos institucionalizada, com os seus técnicos e astutos manipuladores.

Em *Noites de São Petersburgo* o leitor será capaz de encontrar muitas outras ideias interessantes, desde que tenha o cuidado de escolher e colocar de parte dissertações (como por exemplo, a discussão prolífica sobre Locke). Não conseguimos resistir à tentação de citar o que de Maistre diz sobre a mulher: “A mulher apenas pode ser superior enquanto mulher, pois a partir do momento em que tenta imitar um homem, não passa de um macaco”.

Pura verdade, quer agrade ou não agrade aos “movimentos femininos” contemporâneos.

A Raça e a Montanha

JULIUS EVOLA

Segundo o princípio fundamental da doutrina da raça, as qualidades de uma raça são essencialmente factores hereditários. O ambiente exerce a sua influência mas não é um factor determinante, já que por si só não pode dar lugar a modificações permanentes que se tornem uma nova herança. Contudo, o ambiente tem uma especial importância quando existem tipos que contenham em si virtudes hereditárias diversas, devido a cruzamentos raciais anteriores. Em tais casos, o ambiente pode actuar no sentido de propiciar o desenvolvimento de algumas destas possibilidades em oposição às demais que estão presentes e que se encontram inibidas ou reduzidas a um estado latente. Partindo de tal base, o ambiente é um factor que deve ser considerado muito atentamente onde quer que se coloque o problema da selecção de traços. Um ambiente determinado pode pôr à prova a múltipla variedade das disposições herdadas e medir a sua força, pode propiciar uma discriminação e inclusive isolar e estabilizar um tipo predominante quando apresenta as mesmas condições durante um período de tempo suficientemente longo.

Sirvam estas alusões como premissas gerais para algumas considerações que queremos desenvolver acerca do significado que a experiência da montanha tem para uma concepção activa da raça, nomeadamente, a concepção que pretende dar um relevo maior, entre as nossas gentes, às qualidades e talentos do tipo ariano-romano.

Dissemos “experiência da montanha” e não simplesmente “montanha” porque não me refiro às pessoas que vivem nas zo-

nas alpinas. Aqui queremos falar do efeito da experiência e do hábito da montanha naqueles que não pertencem a este ambiente, e para os quais a montanha representa uma oportunidade para reagir contra o ritmo cinzento da vida quotidiana.

Além do mais, não pretendo falar dos efeitos fisiológicos e psicológicos da prática da montanha, cujo aspecto benéfico e reintegrador é do conhecimento comum. É sobretudo para o aspecto da selecção de traços e da formação do carácter que queremos chamar a atenção.

Em primeiro lugar, qualquer um que adira à opinião predominante, segundo a qual o ramo primordial da raça ariana conquistadora se teria diferenciado e afirmado nas vicissitudes e no ambiente particularmente áspero dos finais da era glacial, irá também reconhecer que a existir um ambiente natural que poderá potenciar o reflorescimento de uma forma interior análoga, este é o ambiente montanhoso – sobretudo as áreas onde se encontram grandes glaciares e cumes elevados. Neste caso, a evocação de uma herança primordial pode desenvolver-se sob as condições certas, sem impor *a priori* uma aclimatização orgânica naqueles que, após milénios de vida transcorrida num lugar diferente daquele de onde procediam os seus ancestrais, tentaram extrair algo positivo de uma experiência prolongada das zonas árticas.

Em segundo lugar, e devido à sua natureza primordial, aos seus elementos, ao seu afastamento de tudo o que é o pequeno mundo dos pensamentos e dos sentimentos do homem moderno domesticado e racionalizado, a montanha convida também, espiritualmente,



“ O facto de quase todas as antigas tradições terem conhecido o simbolismo da montanha, concebendo as alturas montanhosas como a sede de forças divinas e olímpicas ou de heróis e de homens transfigurados, confirma o poder evocativo que acabei de atribuir à montanha.

a um retorno às origens, à realização interior de algo que reflecta a simplicidade, a grandeza, a força pura e a intangibilidade do mundo dos cumes gelados e luminosos. O facto de quase todas as antigas tradições terem conhecido o simbolismo da montanha, concebendo as alturas montanhosas como a sede de forças divinas e olímpicas ou de heróis e de homens transfigurados, confirma o poder evocativo que acabei de atribuir à montanha. Por outro lado, é preciso insistir sobre o seguinte ponto: falar de um retorno



às origens e de reconstruir tipos humanos, formas de civilização e estilos de tempos antigos será sempre puro intelectualismo e nostalgia estéril, a não ser que se alcance o sentido directo do que é primordial. Apenas a natureza pode ajudar nesta tarefa. Refiro-me à natureza em cujos aspectos não existe lugar para o que é belo, romântico e pitoresco; refiro-me à natureza que é substantiada pela grandeza e pela força pura. Assim, não tememos afirmar que aquele que conquistou a montanha, ou seja, aquele que aprendeu a adaptar-se ao seu significado fundamental, possui já uma chave para compreender o espírito original e o espírito do mundo ariano-romano nos seus aspectos mais severos, puros, monumentais. Tal chave não pode ser encontrada na simples cultura e na erudição.

E agora passamos à discussão de quatro elementos de forma. Todos os que fazem montanhismo a sério, que escalam, que superam picos, paredes, saliências, glaciares, encarnam um modo de ser comum, cujas características principais se assemelham às características tipicamente exemplificadas pelas raças ariano-romana e ariano-nórdica e que são muito diferentes das de um certo tipo humano “mediterrânico”. Em tudo isto tende-

mos a ver o efeito de uma selecção natural, e quase de uma renovação, que ocorre como resultado de tarefas e tribulações específicas, e também de um ambiente especial.

A primeira característica é a escassez de palavras e uma comunicação verbal reduzida. A montanha ensina o silêncio, desencoraja a conversa vã, as palavras desnecessárias e as inúteis e exuberantes efusões. Ela simplifica e interioriza. Num ambiente alpino, os gestos e os sinais são mais eloquentes do que um longo discurso. Isto é especialmente

verdade quando se está empenhado na escalada ou na travessia de uma ravina; nestas circunstâncias adopta-se instintivamente um estilo militar e o laconismo nas advertências, nas ordens, nas confirmações. Este estilo pode estender-se à vida na montanha em geral. É verdade que por vezes há relapsos, especialmente entre os jovens que não recusam o barulho e a exuberância quando ficam nos albergues de montanha. E no entanto isto não afecta o essencial, e tem o valor de justapor esta atitude com aquela que se encontra entre os verdadeiros alpinistas e entre os tipos mais qualificados, para os quais a montanha é muito mais do que uma aventura esporádica e uma emoção passageira.

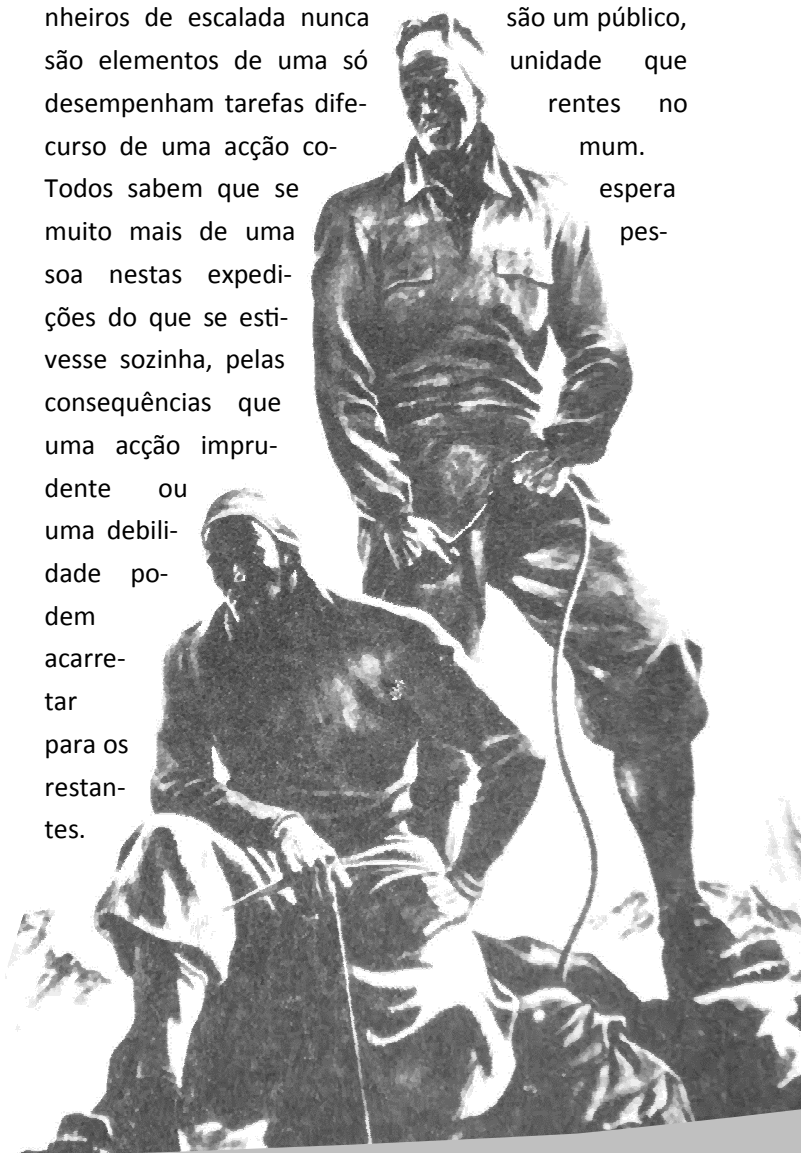
A segunda característica, imediatamente relacionada com a primeira, é a disciplina interior: o controlo total dos reflexos, o estilo de uma acção precisa, lúcida e com um objectivo, uma audácia que não é temerária ou precipitada, mas que está ligada ao conhecimento das próprias forças e limitações e dos termos exactos do problema a resolver. Em relação com esta característica, encontramos uma outra: o domínio da própria imaginação e a capacidade de neutralizar imediatamente qualquer agitação interior inútil e prejudicial. Estes elemen-

“A montanha ensina o silêncio, desencoraja a conversa vã, as palavras desnecessárias e as inúteis e exuberantes efusões. Ela simplifica e interioriza. Num ambiente alpino, os gestos e os sinais são mais eloquentes do que um longo discurso.

tos têm muito em comum com os traços dos ascetas, mas aqui são postos em prática como pressupostos de qualquer actividade alpina de algum relevo. A concentração lúcida, conforme ao objectivo, é outro traço que a experiência da montanha desperta e estabiliza, até ao ponto de se transformar, em muitos casos, numa maneira natural de ser ou uma espécie de hábito. Quem quer que, ao atravessar uma crista de gelo, pensa em algo que não seja o passo seguinte, ou que, durante uma escalada, se deixa dominar pelo pensamento do perigo e permite que a sua imaginação se ocupe do vazio sobre o qual pende, ao invés de fixar a sua mente na rápida e exacta solução dos diversos problemas do peso, do equilíbrio, do apoio certo – tal pessoa dificilmente voltará uma segunda vez à montanha, mesmo que ainda anseie pela aventura. Voltar à montanha, enfrentar e amar os riscos, dominar a técnica necessária, tudo isto significa dar uma certa forma ao próprio ser, que em algumas pessoas acaba por influenciar o comportamento geral do dia-a-dia. O realismo activo, este instinto lúcido e perfeitamente dominado, este estilo de um espírito que mantém a alma e qualquer reacção irracional totalmente sob controlo, são também as principais características do estilo ariano-nórdico e ariano-romano. É verdade que traços análogos também podem ser desenvolvidos noutros desportos, mas a experiência da montanha contém uma série de elementos que conduzem à sua espiritualização, eliminando assim o perigo da mecanização própria de quem se reduz a ser apenas um conjunto de reflexos bem controlados.

Em terceiro lugar, a experiência da montanha habitua a agir, a actuar sem espectadores, e a demonstrar um heroísmo que foge da retórica e dos gestos grandiosos. Mais uma vez, é o próprio ambiente que propicia esta purificação da acção, esta superação da vaidade, esta activa impersonalidade. Enquanto o “tipo mediterrânico” se caracteriza pela necessidade de um público e pela inclinação para se comportar de modo teatral, a

experiência da montanha representa um dos melhores antídotos contra esta componente mediterrânica que pode ainda permanecer nas nossas almas italianas. Aqueles que praticam verdadeiramente o montanhismo aprendem uma satisfação oposta à do tipo mediterrânico: a satisfação de estar só, abandonando a si próprio perante a imutabilidade das coisas, a sós com a sua própria acção e contemplação. O facto de na maior parte das actividades alpinas as pessoas estarem presas por cordas umas às outras não contradiz este ponto, porque não há um só alpinista sério que a determinada altura não tenha enfrentado a montanha sozinho. Os companheiros de escalada nunca são um público, são elementos de uma só unidade que desempenham tarefas diferentes no curso de uma acção comum. Todos sabem que se espera muito mais de uma pessoa nestas expedições do que se estivesse sozinha, pelas consequências que uma acção imprudente ou uma debilidade podem acarretar para os restantes.



“ Talvez apenas algumas formas de camaradagem, que se formam durante a guerra no campo de batalha, possam despertar do mesmo modo que a experiência da montanha, este sentido especial de solidariedade activa.

Isto leva-nos a considerar uma quarta característica, que se refere a uma especial maneira de ser e actuar. Camaradagem, neste contexto, é uma expressão demasiado genérica. Aqui o vínculo é mais individual e pessoal. O elemento sentimental e afectivo ocupa uma parte menor que nos casos genéricos de camaradagem, e no entanto com o efeito de uma maior intensidade. Podemos defini-lo assim: estarmos a sós e simultaneamente juntos – relação essencialmente alcançada mediante a acção. Liderar e apontar o caminho é apenas um exemplo das tarefas que têm sempre de ser cumpridas através da força. Talvez apenas algumas formas de camaradagem, que se formam durante a guerra no campo de batalha, possam despertar do mesmo modo que a experiência da montanha, este sentido especial de solidariedade activa, que mantém a distância entre as pessoas e no entanto pressupõe uma plena harmonia das suas forças por causa da avaliação precisa do potencial e da confiança de cada membro.

Isto é virilidade sem ostentação e ajuda recíproca sem hesitação, entre gente que está no mesmo plano; baseia-se num fim comum e livremente escolhido.

Assim, este último elemento, quando comparado, recorda-nos o tipo de comunidade que foi um dos elementos mais característicos das antigas raças arianas e do povo ariano-romano; tal forma de comunidade nada tinha a ver com o socialismo. O seu fundamento não era nem uma entidade colectiva nem o individualismo, mas sim a personalidade. A sua lei era a acção, nela existiam relações entre homens a sério, cimentadas pela confiança, pela lealdade e pela franqueza, já para não mencio-

nar a dignidade partilhada de pertencer à mesma raça. A subordinação não humilhava neste tipo de sociedade, por causa da visão precisa do conjunto e por causa da visão partilhada por cada indivíduo.

Estes são os principais elementos que, mediante a selecção natural do ambiente e pelo teste da acção, são mais acarinhados por quem leva a experiência da montanha a sério. Estas pessoas, com um elevado grau de uniformidade, tendem a rectificar ou neutralizar outras inclinações e qualidades que na vida trivial das planícies e das grandes cidades são fatalmente agravadas. Nada se cria do nada; assim, as presentes considerações não se aplicam ao homem moderno completamente abastardado e reduzido à condição de animal desportivo e laboral. Estas considerações aplicam-se àqueles nos quais o sentimento da raça (raça em sentido espiritual, superior) ainda significa alguma coisa e representa o principal ponto de partida para uma vontade de libertação e de despertar. Neste homem o mundo da alta montanha desperta uma herança primordial e contribui para o gradual emergir de um sentido transcendente de liberdade, que não significa escapismo, mas sim um princípio de força pura. Este sentido de liberdade encontra a mais perfeita expressão nos limites do “eu”, na concentração, na acção determinada, no completo e lúcido domínio da parte irracional do ser humano, e finalmente, na prontidão para ser livremente transformado num elemento de acção sólida, na qual a meta a atingir é colocada acima de tudo e de todos.

– Capítulo V do livro “Meditações dos Cumes”

**TODOS OS NÚMEROS ANTERIORES DO BOLETIM EVOLIANO
ESTÃO DISPONÍVEIS NO SEGUINTE ENDEREÇO ELECTRÓNICO:
WWW.BOLETIMEVOLIANO.PT.VU**

O Grupo de Ur

JULIUS EVOLA

Antes da edição italiana de *Imperialismo Pagão*, formou-se (no início de 1927) o Grupo de Ur (*Ur* procede da raiz arcaica de *fogo*, mas tem também conotações com *primordial* e *original* em vista do sentido que o prefixo tem em alemão), o que remete ao domínio do esoterismo. Já Reghini, director da revista *Atanor* e, mais tarde, de *Ignis* (publicações que tiveram uma existência breve) propôs-se estudar as disciplinas esotéricas e iniciáticas com seriedade e rigor, baseado em fontes autênticas e com espírito crítico. O Grupo de Ur assumiu a mesma exigência, embora pondo o acento no lado prático e experimental. Publicou sob a minha direcção fascículos mensais de monografias que mais tarde se reuniram em volumes e se coordenaram de modo a permitirem em grande medida o desenvolvimento sistemático e progressivo da matéria. Adoptou-se o princípio do anonimato dos colaboradores, que assinavam com pseudónimo, já que – como se diz na introdução – “as pessoas não contam; o que possam dizer de válido não são criações suas ou fruto de cogitações, pois reflectem um ensino supra-individual e objectivo”. Na reimpressão em três volumes das monografias, realizada em 1955 pelo editor Bocca sob o título *Introdução à Magia*, não figurava sequer o meu nome. Havia entre os colaboradores personalidades conhecidas que aceitaram a regra do anonimato e outras que nunca tinham escrito antes e dos quais anotei vários ensinamentos, dando-lhes uma forma adequada sob reserva da aprovação definitiva do texto por elas mesmas. Devo declarar ainda que alguns nomes eram simbólicos e que encarnavam, por assim dizer, certas orientações, que se procurou expor com expressões típicas. Por uma questão de exigência de unidade e para lhes dar um carácter exaustivo, e ain-



da por questões de forma literária, acabei por colaborar frequentemente em algumas dessas monografias.

Na introdução punha-se uma vez mais como ponto de partida o problema existencial do Eu, a crise do descrito dos valores correntes e do sentido da existência no plano intelectual, prático e humano. A premissa posterior era que não se devia recorrer a sedativos ou destruir com base em factos irreversíveis e incontestáveis, mas que se devia decididamente “dissipar a névoa e abrir uma via”, voltando-se para “o conhecimento do si, e em si, do Ser”. Esse conhecimento foi apresentado como um conhecimento transcendente que supunha uma “mudança de estado” e como uma realização absolutamente positiva. O *opus transformationis*, “a mutação da natureza mais profunda é o que conta no conhecimento superior”. Para tal, sustentava-se que havia uma *ciência*, “uma ciência precisa, rigorosa e metódica transmitida por cadeias ininterruptas, mesmo que só raramente se manifestassem ao profano; uma ciência que nada tem a ver com coisas e fenómenos exteriores, mas que repousa nas forças mais profundas da interioridade humana, processo experimental, com os mesmos critérios de objectividade e impessoalidade das ciências exactas”. Que a essa ciência “se liga uma tradição única que se encontra em todos os povos em diversas formas de expressão, a sabedoria das antigas elites régias e sacerdotais, um conhecimento adornado de símbolos sagrados, mitos e ritos cujas origens se perdem nos tempos primordiais dos Mistérios e das iniciações”.

Como já assinaliei antes, as monografias foram recolhidas em volumes e editadas pela primeira vez ao cabo de dezassete anos com o título genérico de *Introdução à Magia* (acrescentou-se: “como ciência do Eu”). A este

propósito, tivemos o cuidado de advertir no texto e na introdução que o termo “magia” se devia tomar no sentido metafórico, não no sentido vulgar nem no que a expressão tinha na antiguidade, uma vez que não se trata de práticas, reais ou supersticiosas, dedicadas à produção de fenómenos extra-normais. Ao falar de magia quis-se realçar sobretudo que a atenção do grupo se centrava na formulação especial do saber iniciático, que obedece a uma atitude activa, soberana e dominadora relativamente ao espiritual (falarei mais adiante das implicações históricas dessa orientação).

À partida, as monografias do Grupo de Ur visavam propiciar apontamentos, sugestões e orientações sobre a ciência em questão, sobretudo “expor métodos, disciplinas e técnicas” relacionadas com o aprofundamento da simbologia; em segundo lugar, “as relações de experiências efectivamente vividas”; em terceiro lugar, o grupo devia velar pela “publicação ou tradução de textos, ou excertos de textos, raros ou pouco conhecidos das tradições do Oriente e do Ocidente, oportunamente esclarecidos e anotados” (por exemplo, publicou-se a primeira tradução italiana – feita a partir do texto grego – do Ritual Mitraísta do Grande Papiro Mágico de Paris, vários capítulos dos Tantras, textos herméticos como a *Turba Philosophorum*, alguns cantos de Milarepa, os *Versos de Ouro* de Pitágoras, passagens do *Milindapahnâ* budista, extractos de Meyrink, Kremmertz, Crowley, etc.); em quarto lugar, “enquadramentos doutrinários sintéticos” e pontos de vista críticos. Apresentámos as múltiplas orientações de diversas escolas, de maneira que o leitor pudesse escolher de acordo as suas próprias predisposições ou inclinações particulares.

As monografias apareceram, pois, durante três anos, entre 1927 e 1929. Na reedição assinalada, primeiro no editor Bocca, depois em Éditions Méditerranée, em três volumes de 400 páginas cada um, descartaram-se as matérias a rever ou aumentadas e as monografias cujos conteúdos iriam ser compilados e desenvolvidos em livros. Entretanto, acrescentaram-se outras que servi-

ram como complemento adequado. No conjunto, pode dizer-se que a *Introdução à Magia* é uma obra única no género, quanto mais não seja porque trata os problemas de uma maneira que nada a tem a ver com as formas delirantes e incultas próprias dos conventículos e seitas. Creio que foi e continuará a ser um documento e uma fonte importante para os que se interessam por essas disciplinas.

Infelizmente, porém, houve uma cisão no seio do grupo no final do segundo ano por razões obscuras na sequência da tentativa insidiosa de tirar das minhas mãos a publicação das monografias e de a entregar ao

controle de elementos que mantinham viva a maçonaria, apesar de estar interdita durante o período fascista (isto declarou-se oficialmente quando já não havia riscos políticos). Fracassada essa tentativa, procurou impe-

dir-se que eu publicasse os fascículos, mas em vão. O único efeito deplorável foi a deserção de um dos melhores e mais assíduos colaboradores em razão de susceptibilidades pessoais e de ligações obscuras que faziam dele um indivíduo suspeito.

É impossível entrar em pormenores sobre o extremamente rico e variado conteúdo desses três volumes, e, de resto, não seria este o lugar para o fazer, uma vez que não se trata apenas da minha actividade. Limitar-me-ei a assinalar uma análise profunda que do ponto de vista iniciático destrói as vistas psicanalíticas com que Jung pretendeu “valorar cientificamente” as antigas tradições espirituais e interpretar os símbolos através do famoso e confuso “inconsciente colectivo”, dos “arquétipos” e do “processo de individuação”; a exposição da teoria do conhecimento como a própria experiência do saber iniciático; a primeira parte de um inquérito bem documentado sobre o conteúdo iniciático da antiga tradição romana; uma tomada de posição a propósito das teses de Guénon sobre a “regularidade iniciática” e as relações entre contemplação e acção; precisões sobre os limites do misticismo cristão e assim sucessivamente. Isto, quanto à parte doutrinária propria-

“Ao falar de magia quis-se realçar sobretudo que a atenção do grupo se centrava na formulação especial do saber iniciático, que obedece a uma atitude activa, soberana e dominadora relativamente ao espiritual.

mente dita, pois a maioria dos escritos concerne a técnicas e orientações práticas e os correspondentes esclarecimentos da simbologia, em especial da simbologia hermética.

Deu-se destaque à doutrina iniciática da “imortalidade condicionada”, já tratada por mim num dos *Ensaio sobre o Idealismo Mágico*. A teoria da existência em todos de uma alma *naturaliter* de direito “imortal” foi denunciada como uma ilusão própria do exoterismo (do “saber exterior”), ilusão que a sabedoria superior ignora e despreza.

Essa sabedoria caracteriza-se, pelo contrário, pela distinção entre a simples sobrevivência e a verdadeira imortalidade e pela rejeição da alternativa de castigo ou recompensa no mais além, como sustentam os critérios moralistas da “alma imortal”; finalmente, punha uma alternativa entre a sobrevivência divina e a extinção total, ou a sobrevivência em formas larvares e temporárias, a primeira supondo a iniciação ou um processo destinado a cortar de alguma forma a condição que o corpo e a experiência sensível representam no sentido da unidade do Eu, unidade geralmente relativa e caduca. A este respeito, a oposição entre o exoterismo e as doutrinas interiores tradicionais (esoterismo) ganhou uma importância particular face ao conceito “espiritualista” que predomina em termos de irrealismo fideísta, optimista e democrático no cristianismo, por exemplo, ao passo que a visão oposta (a imortalidade condicionada) remete à concepção pagã da imortalidade olímpica, excepcional e privilegiada. Esta observação dispensa-me de voltar ao estudo do problema posto nos meus livros posteriores, como *A Tradição Hermética*, e na nova apresentação do *Tao-te-king* de Lao-Tsé (a doutrina da imortalidade condicionada que se deve “construir” a todo o custo conheceu uma exposição clássica no taoísmo esotérico).

Poderá perguntar-se onde acaba o “indivíduo absoluto”, visto que se fala aí de um Eu mortal condicionado pelo corpo. A contradição é apenas aparente. Evidentemente, presentear todos e cada um com o Eu do



Arturo Reghini, causador da cisão no Grupo de Ur

“indivíduo absoluto” é ainda mais absurdo que lhes dar de presente a alma *naturaliter* imortal dos “espiritualistas”. Em contrapartida, a vista iniciática concorda perfeitamente com a teoria das duas vias opostas indicadas e estabelecidas na minha *Teoria*: a condição da “alma mortal” é própria à “via do outro” ou do “objecto”. O progresso relacionado com a exposição filosófica abstracta refere-se a tradições concretas e a necessidades operativas: o mundo da “alma não imortal” é o que na Índia se chama *samsâra*

e no Extremo-Oriente corrente de transformações, mundo onde há apenas a passagem de um estado condicionado e contingente a outro estado semelhante e sem continuidade. É também a “via dos pais” do hinduísmo, oposta à “via dos deuses”. Na outra via, mais além do panorama especulativo da *Fenomenologia*, o elemento novo era o realismo absoluto que fazia a função de premissa. Há que reconhecer cruamente o que no materialismo e no positivismo é o “Eu” que cada qual se atribui e que não vai mais além do “Si” (e aqui temos, entre outros, o verdadeiro sentido da doutrina budista que nega a existência do “Eu”). Como ponto fixado de uma vez por todas, declarou-se que o problema iniciático (*opus transformationis*), a par do seu carácter exclusivamente ontológico, faz abstracção do moralismo, da exigência de sentimentos e de “valores culturais” e, na mesma medida, da ciência positiva e da técnica. Esta orientação assustou os teósofos e os neo-espiritualistas, que não tardaram a acusar-nos de imoralidade e de “magia negra”.

Na *Introdução* do segundo volume, abordaram-se os problemas da “Tradição” e das suas formas. Falarei disso, mas de forma não relacionada com a minha contribuição pessoal e com a revisão dos temas de Bachofen, Wirth e Guénon. Sobre o Grupo de Ur, falta dizer que houve a tentativa de se criar uma “cadeia” com práticas colectivas. Os critérios seguidos e as instruções correspondentes foram expostos em duas monografias da *Introdução*. Entre os membros desse grupo operativo,

“A teoria da existência em todos de uma alma *naturaliter* de direito “imortal” foi denunciada como uma ilusão própria do exoterismo, ilusão que a sabedoria superior ignora e despreza. Essa sabedoria caracteriza-se, pelo contrário, pela distinção entre a simples sobrevivência e a verdadeira imortalidade e pela rejeição da alternativa de castigo ou recompensa no mais além, como sustentam os critérios moralistas da “alma imortal”.

pelo menos dois elementos eram dotados de poderes reais. Quanto às finalidades, a mais imediata era despertar uma força superior que servisse de ajuda ao trabalho individual de cada um, força que se podia usar eventualmente. E também uma meta mais ambiciosa: a ideia de que sobre o corpo físico se poderia implantar por invocação uma verdadeira influência superior. Neste caso, não se excluía a possibilidade de exercer uma acção sobre as forças predominantes no meio geral da época. Quanto à direcção dessa acção, os principais pontos de referência eram sensivelmente o *Imperialismo Pagão* e os ideais romanos de Arturo Reghini.

Não se chegou a nada disso (devo dizer honestamente que certos fenómenos relacionados com grupos citados na *Introdução* se devem pôr a benefício de inventário). O grupo operativo dissolveu-se também ao fim do segundo ano no seguimento da cisão que tinha tido lugar. Uma vez que não se realizaram as premissas, pensou-se em exercer uma influência insensível sobre o mundo exterior, embora houvesse da minha parte bastantes reservas sobre as formas de operação colectiva. Entretanto, será interessante referir que Mussolini estava convencido de que se podia agir magicamente sobre esse mundo, embora noutro contexto.

Tudo isso chegou um pouco tarde, cerca de 1930 ou 1931, se recordo bem. Alguns jornais para os quais eu escrevia receberam ordens para suspenderem a minha colaboração, mas foi-me possível descobrir a origem dessa medida. Numa das nossas polémicas da *Introdução* tomávamos posição contra os que, apesar de admitirem a realidade dos poderes sobrenaturais, nos pedi-



Capa de um dos número de *Ur*

am, não que lançássemos o Himalaia no Pacífico, mas fenómenos insignificantes, como fazer que um abre-cartas se levantasse alguns centímetros sobre a mesa. Ripostámos dizendo que tal poder, do ponto de vista físico, é superior ao que é necessário para deslocar moléculas ou fibras de um cérebro e causar uma hemorragia cerebral e, portanto, a morte da pessoa, e que se esse poder fosse objectivo, um cérebro especial se encontraria nas mesmas condições de impotência que qualquer outro, como, por exemplo, o de um “chefe do governo”. Concluímos que se podiam prever consequên-

cias para a nação e para a sua história, na condição de que esse poder insignificante reclamado como prova fosse verdadeiramente livre e absoluto, e não do género dos poderes inconscientes, subpessoais, não intencionais e esporádicos dos médiuns e outros.

Então, alguém falou tendenciosamente desse argumento a Mussolini, acrescentando que tinha ouvido perfeitamente “chefe do governo”; e como alguém deve ter referido também a inexistente cadeia de *Ur*, o Duce não pensou mais em agir magicamente sobre ele. Apercebendo-se do que realmente se tratava, impediu toda e qualquer intervenção. Mussolini não era facilmente sugestionável, mas era bastante supersticioso (contrapartida de uma mentalidade que no fundo estava fechada à verdadeira espiritualidade). Por exemplo, receava tanto os “lançadores de sorte” que proibiu falar deles na sua presença.

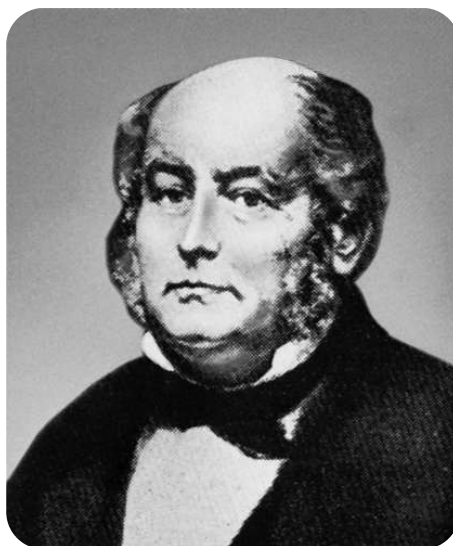
— Capítulo V do livro “O Caminho do Cinábrio”

Vivemos numa sociedade “ginecocrática”?

JULIUS EVOLA

Muito se tem escrito ultimamente em Itália a propósito de J.J. Bachofen, um pensador de Basileia, contemporâneo de Nietzsche, cujo trabalho genial passou quase completamente despercebido durante a sua vida, mas que é hoje muito estudado, especialmente na Alemanha. Bachofen dedicou-se sobretudo à exploração das antigas civilizações do mundo clássico e mediterrânico, especialmente no que diz respeito aos seus aspectos ético-religiosos, simbólicos e mitológicos, e a sua tese principal nesta área era a de uma oposição originária entre uma espiritualidade heróica, “solar”, olímpica e viril, e uma espiritualidade ctónica, lunar e feminina. Foi nestes termos que ele interpretou as concepções religiosas, os sistemas sociais, os mitos, os símbolos, as formas jurídico-sociais das civilizações antigas, constatando repetidamente o contraste ou a interferência de influências relacionadas com uma ou outra daquelas formas de espiritualidade, que podem hoje ser facilmente ligadas a distintas componentes raciais do mundo mediterrânico arcaico: a civilização “solar”, ou “urânica” obviamente ligada às estirpes arianas, e a civilização ctónica e feminina ligada, pelo contrário, às estirpes pré-arianas ou antiarianas.

As opiniões de Bachofen, além do mais, não têm apenas um valor retrospectivo: elas oferecem importantes pontos de referência para compreender o sentido mais profundo de alguns aspectos da nossa própria civilização moderna, através de relações de ana-



Johann Jakob Bachofen (1815-1887)

logia muitas vezes surpreendentes. É por este motivo que cremos não ser desprovido de interesse desenvolver, aqui, algumas breves considerações.

Em primeiro lugar, gostaríamos de mencionar a natureza e os vários aspectos da civilização a que Bachofen chamou das Mães ou ginecocrática (de *gyné* e *krateia*, ou seja: soberania da mulher) e que, para nós, como dissemos, se identifica com a civilização antiariana e pré-ariana do Mediterrâneo

arcaico.

A primeira característica distintiva de tal civilização é o *telurismo* (de *tellus*, que, tal como *ctonos*, de onde deriva o adjetivo ctónico, quer dizer terra). Esta civilização considera a lei da terra como a lei suprema. A terra é a Mãe. Sob o aspecto de Mulher Divina, de Grande Mãe da vida, ela encarna aquilo que é eterno e imutável. Permanece igual a si própria e inexaurível, enquanto tudo o que ela produz tem um nascimento e um declínio, tem uma vida finita e efémera puramente individual. Destituída assim de qualquer tipo de virilidade espiritual e sobrenatural, tudo o que é força e virilidade assume uma natureza obscura, selvagem e, na realidade, “ctónica” e “telúrica”. E se a expressão “telúrico”, habitualmente, faz pensar em fenómenos sísmicos, esta associação de ideias, em certa medida, é correcta; na visão do mundo em questão a virilidade tem como protótipos figuras divinas, como Poseidon, também chamado o “estremecedor”, o deus das águas subterrâneas ctó-

“Sempre que o princípio supremo do mundo é concebido como uma Grande Mãe, *Magna Mater*, a mulher terrena, que aparece assim como a sua mais próxima encarnação, assume naturalmente uma dignidade religiosa e a mais alta autoridade.



Representação de Dionísio

nicas e turbulentas, analogicamente ligadas pelos antigos às forças da passionalidade e do instinto. De forma mais geral, a era ou civilização da Mãe é “telúrica”, com referência a um sentido de destino, de necessidade, de efemeridade fatal, de vida misturada com morte, fonte de impulsos selvagens e irremediáveis.

Para Bachofen, o matriarcado, a “ginecocracia” quer seja demetérica ou afrodítica (quando a Mãe divina, ao contrário da antiga Deméter, tem simultaneamente carácter sensual), são consequências sociais desta perspectiva central. Sempre que o princípio supremo do mundo é concebido como uma Grande Mãe, *Magna Mater*, a mulher terrena, que aparece assim como a sua mais próxima encarnação, assume naturalmente uma dignidade religiosa e a mais alta autoridade. É ela que aparece essencialmente como a criadora da vida, e, em comparação com ela, o homem é apenas um instrumento. Sob o seu aspecto de mãe, ela encarna a lei, ela é a verdadeira base e o

centro da família. Sob o seu aspecto de amante, de Afrodite, ela é novamente soberana: soberana do homem escravo dos sentidos e do sexo, do ser “telúrico” que apenas na mulher encontra o seu descanso e o seu êxtase. Daí os vários tipos de mulheres reais asiáticas com características afrodíticas, frequentes sobretudo nas antigas civilizações de estirpe semítica, as amantes-rainhas das mãos de quem os homens recebem o poder e que se tornam o centro de um extremo refinamento da vida, sinal de uma civilização baseada essencialmente no lado físico e sensual da existência. Mas onde quer que a mulher tenha características mais “demetélicas” do que “afrodíticas” (a Deméter mítica tem acima de tudo uma natureza maternal casta), ela também aparece como uma iniciadora no mundo antigo, como aquela que mantém e participa dos mais altos mistérios. Num civilização, na qual a virilidade apenas significa materialidade, a mulher, seja devido ao enigma da geração, seja pelas suas qualidades mais subtis de devoção e de encanto, assume um carácter religioso e, no limite, torna-se o ponto de referência de cultos e iniciações que prometem um contacto com as Mães da Vida, com a espiritualidade cósmica, com o mistério do ventre gerador da Terra.

Duas outras características do tipo de civilização em causa são consequência disto, nomeadamente o elemento “dionisíaco” e o elemento “lunar”. O mistério destes elementos, que pode ser mediado por uma mulher, não pode ser o mistério da espiritualidade olímpica, apolínea, solar – quer dizer: não pode ser o mesmo mistério que está ligado a uma superação viril e heróica da existência mortal, guiada pelo ideal de uma existência que, segundo o símbolo oferecido pelas naturezas solares e estelares do céu, é livre de qualquer tipo de promiscuidade com a matéria e com

“ O que também é específico da civilização que estamos a analisar é a ideia do primado da Noite sobre o Dia, da Escuridão sobre a Luz. A Escuridão e a Noite são o elemento sagrado materno, primordial e essencial: no mito, o Dia é gerado pela Noite, na qual se dissolve de novo.

o devir, sendo luz em si mesma subsistente e radiante.

Este era pelo contrário o ideal urânico (de *uranos*, céu) próprio do outro tipo de espiritualidade. O mistério das Mães conduz por seu lado a algo de semelhante a uma dissolução panteísta. Trata-se de uma libertação informe, alcançada, para não dizer mesmo arrancada, em experiências desordenadas, nas quais os elementos sensual e supra-sensual se misturam curiosamente e o lado “telúrico” reafirma-se no sentido predominante da “orgia sagrada”, na exaltação mística combinada com todo o tipo de excessos e de manifestações selvagens. Tal era, em geral, o “dionisismo”.

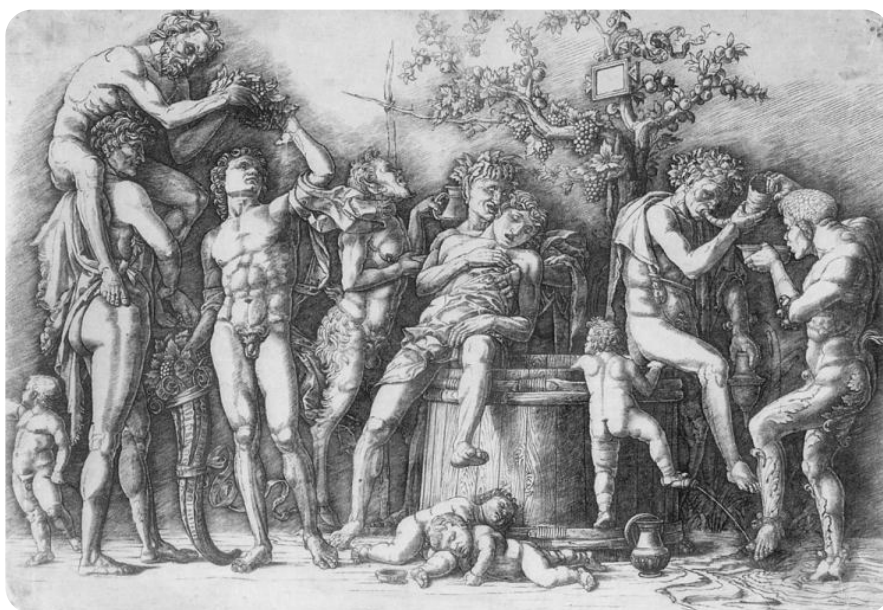
Por este motivo, no mito antigo, Dionísio é sempre significativamente acompanhado pelas Mães da Natureza, que assumem predominantemente características “afrodíticas”: e também historicamente o seu culto esteve ligado de forma estreita ao sexo feminino e teve nas mulheres os seus prosélitos mais alegres e entusiastas.

Relacionado com isto foi já mencionada a “lunaridade”. Costumava ser dado à lua o nome de “terra celeste”. Ela era assim entendida como uma sublimação do elemento terrestre ou ctónico. Ela é luz, mas não uma luz radiante, mas sim reflectida. É luz sem um centro próprio; o seu centro, ao contrário do sol, encontra-se fora dela, sendo assim uma luz passiva “feminina” – está intimamente ligada à espiritualidade informe dos êxtases e das libertações que se encontram sob o signo da mulher, enquanto, por outro lado, se pode pensar num contempla-

tivismo, numa abstracção ou na compreensão de leis abstractas, em vez de um conhecimento “solar” fundamental. Ora, uma característica das antigas civilizações da Mãe era conferir à Lua a preeminência face ao Sol – nelas, a Lua por vezes passava até a ser do género masculino, é o deus Lunus, quer para designar esta preeminência quer para caracterizar o suposto lado negativo da virilidade. Mas o que também é específico da civilização que estamos a analisar é a ideia do primado da Noite sobre o Dia, da Escuridão sobre a Luz. A Escuridão e a Noite são o elemento sagrado materno, primordial e essencial: no mito, o Dia é gerado pela Noite, na qual se dissolve de novo.

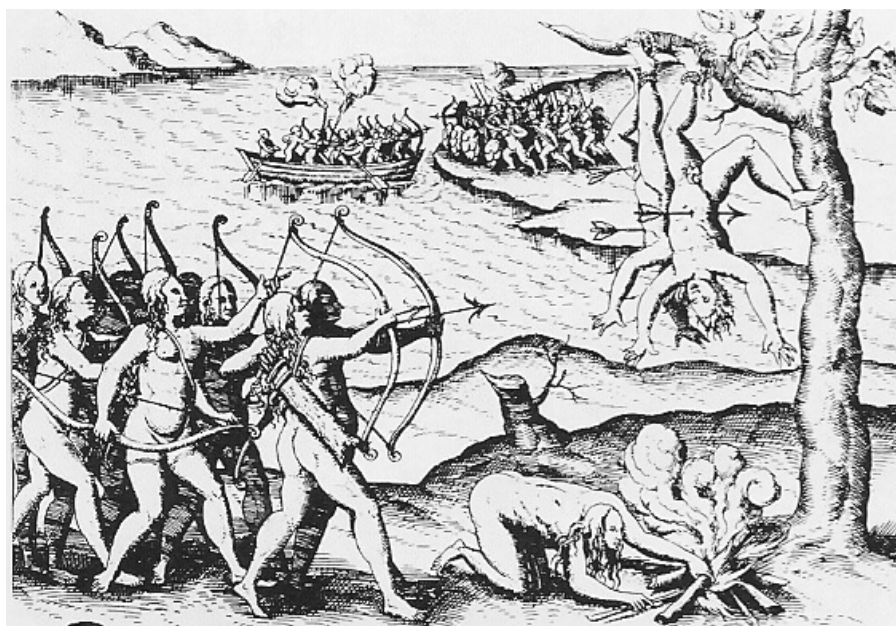
Outros dois aspectos devem ainda ser considerados: a promiscuidade social, ou igualitarismo, e o “amazonismo”. Bachofen tem, entre outros, o mérito de ter trazido à luz as origens “telúricas” e matriarcais do chamado direito natural. A premissa original de tal direito é precisamente a ideia de que todos os homens, enquanto filhos da mesma Mãe e como seres

Bacanal, gravura de Andrea Mantegna (c. 1475)



“A premissa original do direito natural é a ideia de que todos os homens, enquanto filhos da mesma Mãe e como seres sujeitos também à mesma lei da terra, são iguais, de modo que qualquer desigualdade é uma “injustiça”, uma afronta à lei da natureza.

sujeitos também à mesma lei da terra, são iguais, de modo que qualquer desigualdade é uma “injustiça”, uma afronta à lei da natureza. É portanto compreensível a ligação, mostrada pela antiguidade, do elemento plebeu a cultos maternos e ctónicos e o facto destas antigas festividades orgiásticas e dionisiacas, que, em conjunto com as mais extremas formas de licenciosidade e promiscuidade sexual, se destinavam a celebrar o retorno dos homens ao estado de natureza através do esquecimento momentâneo de toda a diferença social e de toda a hierarquia, estarem centradas precisamente em divindades femininas do ciclo “telúrico”, derivadas mais ou menos directamente do tipo da Grande Mãe da vida. Quanto ao “amazonismo”, Bachofen considerava-o uma variante da “ginecocracia”. Onde quer que a mulher não consiga afirmar-se através do seu elemento religioso materno (“demetérico”), ela tenta afirmar-se face ao homem através de uma falsificação das qualidades viris da força e da combatividade.



Um grupo de amazonas executa soldados gregos (gravura)

Tais são as características fundamentais da “civilização da Mãe”, própria, como se disse, do substrato pré-ariano do antigo Mediterrâneo. Ele foi derrotado pela Grécia apolínea, dórica e olímpica; depois, e de forma ainda mais completa, pela Roma “solar”, ciosa guardiã do princípio do direito paterno e do ideal da virilidade espiritual. No entanto, uma vez que as coisas são um processo de constante renovação, as variedades desta cultura “telúrica” manifestam-se novamente onde quer que um ciclo se encerre, onde quer que a tensão heróica e a vontade construtiva desapareçam e formas de vida e de espiritualidade decadentes e degradadas comecem a reaparecer.

Ora, é um facto impressionante a correspondência de muitos aspectos da civilização contemporânea com a civilização da Mãe. Nas suas manifestações externas, esta correspondência foi já assinalada. “Nas ruas de Berlim, Paris ou Londres – escreve por exemplo A. Bäumlér, conhecido estudioso nacional-

socialista – basta observar por um momento um homem ou uma mulher moderna para perceber que perante o culto de Afrodite, Zeus e Apolo tiveram de bater em retirada... A época actual apresenta, de facto, todas as características de uma época gineocrática. Numa civilização tardia e decadente erguem-se novos templos de Ísis e Astarte, deusas mãe asiáticas, comemoradas em orgias e licenciosidade, no sentimento de um desesperado afundamento no prazer sensual. A mulher fascinante é o ídolo dos nossos tempos e com

“ Com o advento da democracia, com a proclamação dos “imortais princípios” e dos “direitos do homem e do cidadão” e o subsequente desenvolvimento destas “conquistas” europeias até ao marxismo e ao comunismo, o Ocidente desenterrou precisamente o “direito natural”, a lei niveladora e antiaristocrática da Mãe, renunciando a qualquer valor “solar”, viril e ariano.

lábios pintados ela caminha pelas cidades europeias tal como outrora o fez pela Babilónia. E quase como se quisesse confirmar a profunda intuição de Bachofen, a moderna dominadora do homem ligeiramente vestida leva um cão pela coleira, antigo símbolo da promiscuidade sexual ilimitada e das forças infernais.” Mas estas analogias podem ser muito mais desenvolvidas.

Os tempos modernos são “telúricos”, não só nos seus aspectos mecanicistas e materialistas, mas também, e essencialmente, nos seus vários aspectos “activistas”, nas suas várias religiões da Vida, do Irracional e do Devir, antíteses precisas de toda a concepção clássica ou “olímpica” do mundo. Segundo Keyserling, muitas das correntes da chamada “revolução mundial” revelam uma natureza “telúrica” – o mesmo é dizer irracional, ligada sobretudo a formas de coragem, de sacrifício, de fervor e de dedicação sem referência transcendente. E, em muitos casos, ele tem razão.

Com o advento da democracia, com a proclamação dos “imortais princípios” e dos “direitos do homem e do cidadão” e o subsequente desenvolvimento destas “conquistas” europeias até ao marxismo e ao comunismo, o Ocidente desenterrou precisamente o “direito natural”, a lei niveladora e antiaristocrática da Mãe, renunciando a qualquer valor “solar”, viril, ariano e confirmando, com a onipotência tantas vezes concedida ao elemento colectivo, a antiga irrelevância do indivíduo própria da concepção “telúrica”.

Dionísio reaparece com o romantismo moderno: temos aqui o mesmo amor do informe, do confuso, do ilimitado, a mesma promiscuidade entre sensação e espírito, o mesmo antagonismo face ao ideal viril e

apolíneo da clareza, da forma e do limite. E quem poderá contestar o carácter “lunar” do mais difundido tipo de cultura moderna? Falamos da cultura baseada num pálido e vazio intelectualismo, cultura estéril separada da vida, apenas capaz de crítica, de especulação abstracta e de uma vã “criatividade” estetizante: cultura que levou o refinamento da vida material ao extremo e na qual a mulher e a sensualidade frequentemente se tornam temas predominantes até um grau quase patológico e obsessivo.

E quando a mulher não se torna o novo ídolo das massas sob as formas modernas da “estrela” de cinema e de similares aparições fascinantes de cariz afrodítico, ela frequentemente afirma o seu primado sob novas formas “amazónicas”. Assim, vemos a nova mulher masculinizada, desportiva e *garçonne*, a mulher que se dedica ao louco desenvolvimento do próprio corpo, que trai a sua verdadeira missão, que se emancipa e se torna independente ao ponto de ser capaz de escolher os homens que gostaria de ter e usar. E isto não é tudo.

Na civilização anglo-saxónica, e particularmente na América, o homem que esgota a sua vida e o seu tempo nos negócios e na procura da riqueza – de uma riqueza que, em grande medida, apenas serve para pagar a luxúria, os caprichos, os vícios e os requintes femininos – concedeu voluntariamente à mulher o privilégio e até o monopólio de lidar com as coisas “espirituais”. E é precisamente nesta civilização que assistimos à proliferação de seitas “espiritualistas”, espiritistas e místicas, nas quais a predominância do elemento feminino é só por si já muito significativa (a principal delas, a seita teosófica, foi pura e simplesmente criada e controlada por mulheres: Blavatsky, Besant e, finalmente, Bailey). Mas é

por uma razão muito mais importante que o novo espiritualismo nos parece uma espécie de reencarnação dos antigos mistérios femininos: é o escapismo informe em confusas experiências supra-sensuais, é a promiscuidade do mediunismo com a espiritualidade, é a inconsciente evocação de influências verdadeiramente “infernais” e a ênfase colocada em doutrinas, tais como a reencarnação, que confirmam, em tais correntes pseudo espiritualistas, a correspondência já indicada e que provam que nestes desejos mal orientados de superação

do “materialismo” o mundo moderno não conseguiu encontrar algo que o ligasse às mais elevadas, olímpicas e “solares” tradições da espiritualidade ariana.

E a psicanálise, com a preeminência que concede ao inconsciente sobre o consciente, ao lado “nocturno”, subterrâneo, atávico, instintivo e sensual, do ser humano sobre tudo aquilo que é vida desperta, vontade e verdadeira personalidade, não confirma de novo exactamente a antiga doutrina do primado da Noite sobre o Dia, das trevas das Mães sobre formas, supostamente efémeras e irrelevantes, que se elevam dela para a luz?

Deve-se reconhecer que estas analogias, longe de serem extravagantes ou arbitrárias, têm uma base ampla e firme e, por isso, preocupante: porque uma nova “era da Mãe” pode apenas ser sinal do fim de um ciclo. Este não é, obviamente, o mundo ao qual nós pertencemos e que está em harmonia com as forças da nossa Revolução restauradora. No entanto, podemos encontrar infiltrações e desvios até mesmo onde seriam menos esperados. Na Alemanha, podemos mencionar Klages e Bergmann, pensadores que, embora arianos, continuam a proclamar de uma forma marcadamente extrema concepções gineocráticas e “telúricas” da vida. Entre nós, vamos apenas indicar dois casos. Eis o que se pode ler na página 185 de um recentemente publicado *Inchiesta sulla Razza*



Helena Blavatsky, fundadora da seita teosófica

(“Inquérito sobre a Raça”): “A linha mais avançada da humanidade em direcção à perfeição espiritual é constituída pela mulher. A mulher é verdadeiramente o intérprete do reino dos espíritos puros. Ela é mais pura e mais perfeita que o homem. E o homem sente uma atracção irresistível por ela, a mesma atracção – mas consciente – que um ser menos puro sente por um mais puro”. Nas páginas 152-153 de outro livro, *I Valori della Stirpe Italiana* (“Os Valores da Estirpe Italiana”), a dose de “ginecocracia” é redobrada: “É à volta da Mulher, en-

quanto Nossa Senhora, que todo o paraíso roda. Seio de inumeráveis vidas, é da Mãe que nasce tudo quanto vive no mundo. Da Noite nasce a vida, Mãe Terra da qual tudo se difunde. Ela é o sacramento vivente, tal como o Pão implicitamente contém o Deus vivente. A mulher é assim a guardiã e o símbolo da estirpe: os seus efeitos podem ser vistos em todas as criaturas, mas é nela que a sua substância fundamental é adorada”.

O facto de entre nós, no seio do movimento de reconstrução romana e ariana, ideias deste tipo poderem ser proclamadas, mesmo que apenas enquanto expressões esporádicas, demonstra até que ponto a confusão de valores pode por vezes ser levada. As antíteses definidas por Bachofen são de importância fundamental para uma orientação correcta. Já vimos que as formas contidas na antiga civilização da Mãe podem permitir-nos identificar com exactidão tudo aquilo que é crepuscular no mundo moderno. Os valores e os ideais da oposta civilização solar, “olímpica” e viril podem por seu turno fornecer-nos, com igual precisão, as directivas para uma autêntica reconstrução europeia, numa base autenticamente ariana, romana e fascista, questão à qual talvez tenhamos ocasião de voltar.

– Publicado em *Augustea*, XVI, n. 20, 01/01/1941

O Herói e o Império

VALDEMAR ABRANTES*

Tradição Imperial guerreira é a forma assumida pela essência do espírito *kshatrya*.

O *Imperium* é sua forma macrocósmica e o *Herói* é sua forma microcósmica.

A visão de mundo metafísica, a aristocracia, o princípio sagrado da Honra e a exaltação da guerra como atitude do Espírito, são todos elementos próprios do germe imperial que nasce em uma elite. Germe este que se concretiza no real ideal de *Imperium* quando ascende o enviado divino, aquele que será o centro de orientação de todo um povo e paradigma de valor, entrega e sacrifício: o líder, o rei, o imperador. Este é reconhecido pela comunidade não através de seus meros dotes administrativos ou organizacionais, ou seja, por nenhuma percepção de ordem racional; o rei ou líder só pode ser reconhecido como tal através de estratos superracionais do ser, precisamente através da esfera transcendente do sangue espiritual.

Um *Imperium* surge, em seus primórdios, de uma emanção espiritual provinda de um plano transcendente regido por Deuses solares que, através de uma mística, leva alguns poucos homens a perceberem a realidade de forma diferenciada. Este é o princípio das duas naturezas, o mundo transcendente do ser atuando sobre o mundo materializado do devir. Como imagem dessa lei sagrada vemos o governante divino Krishna clamando ao herói Arjuna no Bhagavad-Gita: “Exceto tu, não ficará um só dos soldados que constituem os dois exércitos (...) levanta-te e busca a glória, triunfa sobre teus inimigos e adquire um grande império”.

Essa força mística transmuta-se em pura vontade quando atinge os homens de espíritos superiores. Forma-se assim uma elite, cuja visão de mundo própria, aristocrática, inspirada na pura transcendência vertical, em direção às alturas, vai organizando a realidade em base dos significados superiores de todos os processos, de todos os entes e de todos os fenômenos; cria-se, enfim, um significado total de vida superior, onde o



Krishna incita Arjuna à batalha

transcendente vai incorporando o imanente, no sentido de que o superior, desde uma instância olímpica e solar, vai moldando e iluminando a esfera contingente do inferior, daquilo que é reflexo e aparência do meramente humano. A esfera do sagrado forma-se, assim, pela vontade daqueles que sabem, e não pela devoção daqueles que tem fé. Quando os destinos se fixam a este ideal de vida superior surge então a marca do épico, do grandioso, do olímpico, e o sentido de uma existência pautada pelas necessidades físicas, pelos prazeres e recompensas, é substituído pela emergência do ideal heróico de vitórias e glórias. A ação supera então a contemplação e o *Imperium* se concretiza como criação gloriosa do espírito e da tradição *kshatrya*. Este é o momento das conquistas, da luta metafísica contra as forças do caos e contra as raças que carregam a marca da *Kali Yuga*.

Essa visão de mundo aristocrática, tornada real e viva pela vontade superior dos poucos homens, vai se espalhando paulatinamente pelos estratos humanos que formam uma comunidade. Toma então preeminência, em cada ser, aquele significado interior que mais se liga ao imutável, àquilo que um homem é por toda sua existência: sua natureza própria. Surgem, assim, as cas-

“ Desde o plano transcendente emerge, então, através das castas, como uma calma energia, o amor pela organização, pela disciplina e o repúdio à mescla e a tudo que seja indiferenciado como sinônimo de promiscuidade.

Todos os homens são postos em seus devidos lugares dentro do organismo imperial, todos só fazem aquilo que já nasceram sabendo fazer, na forma de uma intuição luminosa, segundo as limitações de suas castas.

tas. Estas marcam o princípio da diferença como valor social de ordenação das individualidades. Desde o plano transcendente emerge, então, através das castas, como uma calma energia, o amor pela organização, pela disciplina e o repúdio à mescla e a tudo que seja indiferenciado como sinônimo de promiscuidade. Todos os homens são postos em seus devidos lugares dentro do organismo imperial, todos só fazem aquilo que já nasceram sabendo fazer, na forma de uma intuição luminosa, segundo as limitações de suas castas. A sociedade imperial estrutura-se então como um organismo duro semelhante uma rocha, mas ao mesmo tempo leve como uma pena, e é, assim, sustentado de forma vitoriosa pelo princípio da ação mantido pela casta superior da nobreza régia e guerreira, que atua semelhante a um pai o qual é o responsável último por sua família. O mesmo organismo é ainda protegido e cuidado pelo conhecimento universal orientador contido na casta lunar dos líderes espirituais e sacerdotes, que atuam semelhante a uma mãe que cuida de seus filhos. A terceira casta, dos mercadores e profissionais, cuida, por sua vez, do funcionamento das necessidades materiais básicas do organismo social; e, por fim, a quarta casta, dos servos, subsiste como o pólo contingente a ser constantemente moldado, cuja virtude máxima dentro do organismo social é a obediência. Como projeção coletiva humana provinda do plano transcendente o organismo imperial necessita de mínimos meios coercivos para seu funcionamento e sua duração.

O *Imperium*, como fruto da espiritualidade solar, contida de forma mais pura na casta da nobreza guerreira, é ainda sacralizado e sua lei tornada pétrea através da ascensão da Honra como elemento de ligação dos homens com os deuses, dos homens entre si e entre suas respectivas castas. A Honra é o cimento do *Imperium*. É através dela que surge a exaltação da fidelida-

de, da lealdade e do valor, que por sua vez formam a base da Ética heróica. A Honra é, portanto, o núcleo ético do homem da tradição. É o supervalor espiritual e antimaterial por excelência. É uma verdadeira força ontológica que dentro do *Imperium* é capaz de parar a roda de decadência da *Kali Yuga*, uma vez que qualquer ato de honra tem a propriedade transcendente de quebrar a racionalidade contida nessa idade de trevas.

A lei transcendente do espírito determina o rebaixamento do fluir temporal e de tudo que é expressão deste devir a um plano secundário que necessita ser constantemente superado pela expressão daquilo que é duradouro, estável e imutável. Derivado disso surge o valor incorruptível da Ancestralidade, como significado daquilo que é permanente e por isso é marcadamente presente em todas as gerações, desde as origens. A exaltação da ancestralidade é baseada num aspecto particular da tradição que é precisamente a tradição de sangue. Esta é baseada no reconhecimento direto por parte de cada família, de cada estirpe ou de cada povo, das glórias e conquistas construídas sobre o sangue dos ancestrais. Uma doutrina de tal tipo invariavelmente é propagada em linguagem épica onde os antepassados atingem o nível do verdadeiramente divino. Como a ancestralidade possui uma essência específica de cada família, estirpe ou povo, ou seja, como cada um possui seus próprios ancestrais, ela atua, no organismo imperial, como um elemento oposto a qualquer sentido de universalismo ou de nivelamento.

Na Roma Imperial era tradição familiar o culto aos ancestrais em datas determinadas ou em funerais de algum membro, onde o rito mandava que fossem proferidos discursos em honra dos mesmos. Também se guardavam máscaras feitas de gesso do rosto dos antepassados que eram postas em evidência em determinadas datas ou cerimônias públicas.

“ O Herói é um tipo de homem que além das três esferas constitutivas do ser – a esfera física corporal, a esfera psíquica e a esfera propriamente espiritual – é marcado pela presença de uma quarta esfera, a esfera da Magia.

Nota-se através da exaltação da ancestralidade que o *Imperium* possui um sentido histórico eminentemente contrário ao tempo linear, estando alinhado com o passado e hostil a tudo que seja promessa futura. O *Imperium* parece possuir um tempo próprio, um tempo compreensivo-simbólico, não extensivo-linear, que reflete não o fluir e o mero envelhecer dos entes e dos homens, como sobreposição de fatos históricos cuja valorização e preeminência são determinadas por critérios culturais, mas sim um

sentido que é emanado diretamente do transcendente sendo marcado pelo direcionamento à eternidade e sincronizado com os símbolos eternos reconhecidos por todos. Por isso, estando o símbolo sagrado do progresso e da felicidade futura destruídos, qualquer avanço tecnológico-material ou antropológico que venha se dar dentro do ambiente imperial, terá por função exatamente a estabilidade e a permanência das leis que regem o império, ou seja, qualquer dita “evolução” neste sentido vem desde o alto.

Todo valor e toda expressão do plano transcendente só se sustentam de forma luminosa e ativa mediante uma natureza viril. Virilidade espiritual é uma marca, portanto, de toda elite e nobreza guerreira. Este tipo de atitude viril é uma síntese entre a força física e a coragem, como expressões diretas da vitalidade da estirpe, e a transcendência vertical; síntese essa que forjou um tipo humano superior, digno de ser eternamente lembrado. São exemplos desse tipo os patrícios e legionários romanos, hoplitas gregos e espartanos, a cavalaria medieval, dentre outros.

Todos esses exércitos verdadeiramente divinos cons-



O Herói é um guerreiro nato

tituíram-se como a força vital dos respectivos impérios que representavam, e tiveram como unidade formadora aquele homem que em si possui a marca transcendente do heroísmo.

O Herói é, portanto, o microcosmo da tradição *kshatrya*.

O Herói é um tipo de homem que além das três esferas constitutivas do ser – a esfera física corporal, a esfera psíquica, anímica, sede dos desejos e dos medos, sustentada por aquilo que se entende por alma, e a esfera propriamente espiritual, construída pelo

Espírito, aquilo que o homem tem de mais semelhante à divindade – é marcado pela presença de uma quarta esfera, a esfera da Magia.

Tal dimensão mágica no Herói fez com que ele fosse admitido nas civilizações tradicionais como um intermediário entre os homens e os Deuses. É através desta esfera que o Espírito pode romper os laços anímicos e físicos que o ligam àquilo que é simplesmente humano, atingindo as alturas olímpicas mais distantes, chegando à *mors triumphalis*. Essa esfera mágica é uma estância essencialmente bélica, por isso o herói é um guerreiro nato, que, independente da forma cultural que assuma, governante, pensador ou criador, por exemplo, sempre sua conduta ou suas criações resultarão em armas, sejam de defesa ou de ataque. Sejam obras literárias, sejam criações de arte, provindas elas da magia heróica, terão sempre uma forma transcendente que se equivale extraordinariamente a um escudo, para defesa do *Imperium*, ou a uma lâmina ou arco, para ataque sobre os agentes da matéria e do caos. Esta propriedade divina do Herói só pode ser captada por uma máxima transcendência vertical, mais além de qualquer explicação

metafísica ou teoria filosófica.

Esta esfera mágica possui ainda, digamos, dois pólos. O primeiro é o pólo que de onde se expressa a Honra Heróica. É através deste pólo que a tradição guerreira caracteriza-se por uma postura masculina e viril diante dos Deuses. E por falta ou pouco desenvolvimento dela é que a tradição lunar sacerdotal põe-se de forma feminina e devocional frente ao plano do divino. O outro pólo mágico é constituído de pura Vontade, e é justamente através deste pólo que a dimensão espiritual dos Deuses e Heróis mortos em combate faz-se poder, potência e ato real, e o Sagrado torna-se vivo entre os homens.

A Vontade mágica, inquebrável e invencível, é, então, o eixo de conexão entre dois mundos: o mundo macrocósmico do transcendente, o qual forma o *Imperium*, e o cosmos interior do homem heróico.

Por falta desta esfera mágica, ou por materialização e anquilosamento da mesma, é que a espiritualidade sacerdotal nunca constrói impérios. E sem a solaridade de um organismo imperial que se sustente a si mesmo frente às contingências do mundo material e humano, e frente a inimigos diversos, só resta ao espírito lunar aceitar a dependência sem almejar qualquer superioridade em qualquer aspecto que seja. O Cristianismo, exemplo do espírito devocional do Oriente, deve sua existência aos organismos imperiais romano e gibelino nos quais se amparou para subsistir nos povos do Ocidente. Portanto, o puro sacerdote, o fiel, o religioso, o intelectual, devem venerar por toda comunidade o heroísmo régio aristocrático como o verdadeiro agente paterno de proteção e sustentação de todo organismo.

Toda vez que a casta sacerdotal deseja tomar preeminência em alguma tradição originalmente guerreira e imperial, ela assume o papel do vírus da antitradição, e, propagando um universalismo próprio, destrói o sentido vertical que tinha a contemplação quando sustentada pelo heroísmo do ambiente imperial. O sacerdote, ou sua forma mais cultural assumida pelo intelectual, transformam-se então em agentes de desagregação, dissolvendo o elo de ligação do plano transcendente do divino com mundo dos homens, que atuava como elemento primordial e justificativo de todos os processos. Rompe-se a ligação do corpo com o espírito, confunde-

se o concreto com o abstrato, esquece-se a substância por trás do real, o sagrado vai, então, recolhendo-se para um lugar em separado, um subterrâneo anímico, passando a ser acessível somente através de estados psíquicos do ser, sejam eles de culto devocional, sentimentistas ou mesmo de euforia tribal; em todos esses estados o sentido espiritual vai decaindo ao longo do tempo. Esta separação horizontal vai de encontro a estrutura vertical e hierárquica do mundo da Tradição, originando, então, um certo sentido de nivelamento; assim, desde instâncias meramente psicológicas, lunares, sem o crivo do Espírito, da Vontade e da Honra, este nivelamento transforma-se em força ativa, e posteriormente resultará em igualitarismo, democracia e direitos humanos. O mesmo processo é passível de ocorrer quando na terceira casta emerge o mesmo desejo de domínio, surge, então, através dela, o materialismo capitalista, a subversão, a visão de mundo mecânica, o amor pelo luxo e pela usura. O mesmo, ainda, pode ser dito quando os servos desejam preeminência, nascendo então o caos espiritual, o rebaixamento intelectual, a brutalidade, a promiscuidade e a perversão. Este é o próprio sentido da decadência da Kali Yuga.

O homem heróico é caracterizado ainda, na esfera física do corpo, por uma vitalidade e uma força física calma, uma resistência a condições intempéries fora do comum e um vigor supra-humano. No âmbito psíquico, na esfera lunar da alma, contida em cada homem, o herói é marcadamente intenso e verdadeiro em todos os seus desejos, mas estes são fixados num limiar superior pelo ethos heróico que, como foi dito, é reflexo direto da Honra como medida de todos os atos. Fidelidade e lealdade substituem qualquer sentido de sentimentalismo anímico. Camaradagem cavalheiresca substitui qualquer mera amizade ou utilitarismo na relação entre os homens. A mulher, para o espírito heróico, é a Dama. Aquela que possui em si o mistério máximo do amor, único ponto-fraco do Herói. É aquela que lhe mostra a saída do labirinto dos rigores do mundo humano. É a inspiração inicial do superar-se a si mesmo.

Como visto, o Herói é um microcosmo ascendente, como uma flecha apontada para o alto, semelhante e análogo ao seu reflexo macrocósmico imperial.

* Centro Evoliano da América – Brasil

Das “Ruínas” ao “Cavalgar”

ERNESTO MILÀ*

É tempo de trocar *Os Homens e as Ruínas* pelo *Cavalgar o Tigre*.

Dedico estas linhas a Carlos Corominas, muito querido camarada, dez ou doze anos mais novo que eu, que faleceu em Barcelona este fim-de-semana de maneira inesperada. O facto de “os amados dos deuses morrerem jovens” não faz com que muitos de nós deixemos de lamentar a sua perda. Ele era um desses “tipos humanos superiores”, capaz de se empenhar numa causa com uma entrega total. Valente, com um sentido de humor que fazia com que fosse impossível aborrecer-mo-nos ao seu lado, também ele pertencia a outro tempo.

Este artigo será entendido perfeitamente pelos evolianos (pessoas familiarizadas com o pensamento de Julius Evola) e talvez soe como algo estranho àqueles que não se tenham aproximado deste autor que é considerado o mestre da “direita tradicional” do século XX. De facto, quando Evola regressou a Itália em 1949 depois do seu périplo hospitalar após a II Guerra Mundial, imobilizado pelos ferimentos na sua medula, começou a relacionar-se com os meios activistas da direita radical, os neofascistas que formavam as fileiras do então recentemente criado Movimento Social Italiano (MSI).

Via neles as mesmas componentes que tinham estado presentes no fascismo das origens com o seu activismo e o seu militantismo desenfreado e no fascismo da República Social Italiana, com a sua fidelida-



de e o seu comprometimento com uma causa irremediavelmente perdida. Em ambos os casos dava-se tudo a troco de nada. Evola identificou nas primeiras gerações do MSI o mesmo estado de ânimo e por isso empenhou-se com eles. No final dos anos 40 escreveu um pequeno opúsculo – *Orientamenti* (Orientações)¹ – que com catorze breves pontos antecipava o que em 1954 viria a ser o verdadeiro manifesto político da “direita tradicional” no pós-guerra: *Gli Uomini e le Rovine* (Os Homens e as Ruínas). Dedicava-os aos homens que repre-

sentam um “tipo humano superior”, dotados de um carácter que faz da acção o centro da sua vida quase como se os antigos guerreiros tivessem ressuscitado entre as ruínas morais e materiais herdadas do segundo conflito mundial.

O livro era dirigido aos militantes que acreditavam que ainda se podia fazer algo, àqueles em cujos cérebros ardia um ideal. No marasmo do pós-guerra, essa geração preocupava-se muito mais com as atitudes do que com a doutrina, mas nesse gesto estava implícita a sua valia. Evola forneceu-lhes elementos doutrinais e uma ideologia coerente, completa e orgânica. Muitos, desde as colunas das múltiplas revistas neofascistas daqueles tempos assumiram esses ideais e saíram à rua desenvolvendo um activismo frenético com o apoio de um projecto político.

Passaram 10 anos, nesse tempo (entre 1950 e 1960) Evola continuou a colaborar com as gerações

do MSI, mas também teve entre os seus alunos (aqueles que o iam visitar ao seu domicílio romano) quadros das organizações juvenis que se tinham separado do MSI. Evola colaborou com o movimento *Ordine Nuovo* e com a *Avanguardia Nazionale*. A partir do congresso de Bari do MSI (1950), tornou-se habitual a apresentação de moções evolianas que tentaram sempre encaminhar esta organização para trilhos tradicionalistas.

Precisamente quando a “contestação” começou a despontar no início dos anos 60 a partir dos EUA, Evola que com o tempo se tinha tornado um observador agudo da sociedade norte-americana entendeu qual iria ser o signo dos tempos que estavam por vir: foi o primeiro a analisar o pensamento de Herbert Marcuse e viu no *underground* algo que já tinha visto nos seus escritos sobre a *beat generation*, percebeu que a revolução sexual dos anos 60 e o descobrimento da pílula anti-concepcional iriam revolucionar os usos sociais. Entrevi também os conteúdos da agitação estudantil e começou a interrogar-se se todos estes elementos de crise afectavam aqueles que defendiam ideias tradicionais. O fruto destas reflexões levou-o a estabelecer importantes conclusões que cristalizariam, primeiro na publicação de ensaios e artigos nas revistas próximas do MSI e dos grupos extraparlamentares e depois na publicação de um livro que ainda hoje não perdeu a sua actualidade: *Cavalcare la Tigre* (Cavalgar o Tigre).

Esta nova obra é dirigida a outro público: se *Os Homens e as Ruínas* era dirigido aos homens que ainda queriam fazer algo, *Cavalgar o Tigre* dirige-se aos “homens diferenciados”, ou seja, àqueles que se sentem alheados da modernidade, que não têm lugar na modernidade, que se reclamam “cidadãos” de outra



realidade (o mundo tradicional) e de outros valores e que não estão dispostos à “acção exterior” simplesmente porque já não acreditam que se possa fazer algo neste terreno. De que modo podem tais homens viver no seio da modernidade? E Evola responde a esta questão ao longo de 250 intensas páginas.

O título, como se sabe, corresponde à antiga ideia oriental de que a única forma de alguém escapar ao ataque de um tigre é... montando-se nas suas costas, cavalgando-o. Nessa situação o tigre não pode atacar com as suas garras e, finalmente, cansado com o peso de alguém que é invulnerável às suas costas, sentir-se-á esgotado e po-

derá ser derrotado. Trata-se pois de não se deixar vencer pela virulência e pela onnipresença do “tigre”, mas sim de viver numa espécie de exílio interior permanente. Evola utiliza então uma frase de Hoffmannsthal para definir um futuro no qual aqueles que estiveram de vigília durante a noite escura darão a mão aos que nasceram no novo amanhecer. E esboça uma imagem evocadora: a modernidade é como uma avalanche que desce por uma montanha arrasando cada vez mais massa e a maior velocidade: ninguém a pode parar e colocar-se à sua frente como maneira de a deter constitui a forma mais directa de se suicidar. Evola já não fala em “manter-se de pé entre as ruínas”, a atitude daqueles jovens do pós-guerra que tentavam deter a avalanche com a simples força do seu activismo. Fala para outro tipo humano, para os “homens diferenciados”, aqueles que *estão no seio da modernidade, mas que não são da modernidade*.

Cavalgar o Tigre é filho de duas influências: Ernst Jünger, das suas *Tempestades de Aço* e do seu *O Trabalhador*, e da experiência acumulada por Evola ao

“A modernidade é como uma avalanche que desce por uma montanha arrastando cada vez mais massa e a maior velocidade: ninguém a pode parar e colocar-se à sua frente como maneira de a deter constitui a forma mais directa de se suicidar.

longo do seu extenso périplo pelas doutrinas tradicionais e especialmente pela chamada “Via da Mão Esquerda”. Se na “Via da Mão Direita” do que se trata é recusar o mal e combater as destruições, contrapondo um programa positivo, na “Via da Mão Esquerda” trata-se de “transformar o veneno em remédio”, ver em todos os processos de dissolução pontos de apoio. É evidente que a primeira via é a que corresponde ao que foi escrito para o “tipo humano superior”, enquanto a segunda é própria do “tipo humano diferenciado”. A primeira é própria dos leitores identificados com o projecto político de *Os Homens e as Ruínas*, a segunda daqueles que se identificam com os conteúdos de *Cavalgar o Tigre*.

Evola explica que as destruições presentes na modernidade não devem ser tidas pelo homem que vive no seu exílio interior como algo negativo: no fim de contas, esse não é o seu lugar, não é a “sociedade tradicional” que está em crise mas sim a “sociedade moderna”, não é a “família tradicional” mas sim a “família burguesa” e as “novas fórmulas familiares” que estão em crise, não é a “metafísica” que atravessa uma crise terminal, mas sim as velhas fórmulas religiosas esgotadas e inadequadas pelo seu dogmatismo e pela sua rigidez; não é a economia orgânica e comunitária que vive um período terminal, mas sim a economia liberal que depois da sua fase industrial, de seguida multinacional e finalmente globalizadora, chegou à sua última etapa; assim, é a totalidade do mundo moderno que está em crise, não os valores, as ideias e o mundo tradicional. O “homem diferenciado” não se deve entristecer por estas desintegrações que não são do seu mundo, mas sim de uma estrutura que não tem nada a ver com ele. Não deve fazer, portanto, nada para defender esse mundo: a sua queda é a garantia da renovação, do “novo amanhecer”

ao qual Hoffmansthal aludia.

Durante quarenta anos da minha vida acreditei que “ainda se podia fazer alguma coisa”, inclusivamente que era possível fazê-lo dispondo de quadros políticos perfeitamente formados doutrinariamente. Acreditei que era possível, utilizando técnicas políticas, gerar um movimento de massas capaz de deter e reverter o processo de dissolução da modernidade. Acreditei que a própria luta política funcionaria como um “fogo purificador” que afectaria em primeiro lugar os “combatentes” (os “homens de pé”, aqueles em cujo cérebro arde um projecto político ao qual querem dar vida) e que seria possível operar uma transmutação do mundo: que o poder não estivesse nas mãos de uma casta política degenerada e miserável que considera a política como a melhor relação “esforço/benefício”, que a comunidade nacional se livrasse das ideias nascidas em 1789 com a revolução liberal, a lei da quantidade (a democracia numérica) e o marxismo que se lhe seguiu, que desaparecessem os partidos e os sindicatos como sujeitos políticos e que fossem as estruturas intermédias da sociedade a assumir a representatividade no âmbito de um Estado Orgânico e Comunitário. Acreditei inclusivamente que a “construção da Europa” superaria as carências dos Estados Nacionais surgidos após o Renascimento, permitiria um quadro com “dimensão adequada” para responder às necessidades de um tempo no qual os “blocos” condicionaram o mundo e que uma Europa surgida da irmandade entre combatentes de diferentes países estaria em condições de ser “primeira força” ou um “espaço fechado” à economia globalizada. Acreditei que a “luta cultural” era um complemento à luta política e que nesse terreno poder-se-ia realizar um trabalho que afectaria toda a sociedade e construiria as bases de uma “nova or-

“ Se na “Via da Mão Direita” do que se trata é recusar o mal e combater as destruições, contrapondo um programa positivo, na “Via da Mão Esquerda” trata-se de “transformar o veneno em remédio”, ver em todos os processos de dissolução pontos de apoio.

dem”. Afinal, combater os “produtos culturais” que chegam da “cultura americana” representa hoje uma prioridade na medida em que se trata de meros produtos de intoxicação / contaminação. Tudo isto (e muito mais) valia a pena ser feito e poderia ser feito através da

luta política. Ninguém me poderá acusar de não o ter tentado até ao ponto da minha própria vida ter sido comprometida e inclusivamente recebi ataques (na *internet* as mentiras sobre mim são mais um dos motivos que levam a pensar que hoje em dia caluniar sai grátis) de figurinhas irrelevantes que nunca me interessaram nem preocuparam. Mas tudo isto foi demasiado longe e vale a pena parar por um momento e reconhecer, não só o meu fracasso pessoal, mas sim de todo o ambiente que num tempo já longínquo pensou que era possível combater “a besta” e até vencê-la.

Quando escrevi as *Ultramemórias* era evidente o meu afastamento da extrema-direita e a análise crítica que fiz em relação aos últimos 40 anos deste ambiente político. Mas não ficava fechada a porta a uma acção política posterior. A porta para desembocar nela foi-se estreitando cada vez mais e mais, e não acredito que na actualidade haja motivos para se ser optimista: compreender que em Espanha existem sete milhões de imigrantes e que isso representa uma desfiguração da identidade nacional não implica que esse fenómeno vá gerar uma reacção e uma resposta



Na Grécia, apesar da enorme crise, o crescimento da Aurora Dourada é modesto

a partir da qual seja possível construir um movimento político sólido e em condições de responder às exigências da luta contra a modernidade, quer apenas dizer que a terra sobre a qual nasci perderá o seu rosto e o povo ao qual pertenci poderá desaparecer... A actual crise

económica é de uma envergadura suficiente para que não tenhamos a mais pequena esperança sobre o seu desfecho: na Grécia viveu-se nos últimos três anos numa situação igual e a reacção foi mínima, através da Aurora Dourada, quase uma resposta exclusivamente económico-social e o problema transcende em muito essa dimensão. Em Espanha nem sequer apareceu um fenómeno similar. A economia liberal na sua última etapa de desenvolvimento engolirá nações e povos inteiros e estas nações e povos apenas pensarão – apenas pensam – como sucumbir antes e de maneira mais extrema, pois os governos que elegeram democraticamente não têm interesse em defender outros interesses que não os seus, ou seja, os de meros servos do grande capital financeiro internacional. Na modernidade e na Espanha actual não existem intelectuais e “homens de tipo humano superior” para estabelecer um pensamento que alguém afecto aos princípios tradicionais possa partilhar nem sequer minimamente, nem existe tão-pouco um “pensamento crítico” que abarque sequer uma pequena elite cultural em condições de se repercutir sobre um sector social com clareza e impacto sufi-

“O essencial. O importante, o autenticamente importante, é ser “de verdade” ou um “tipo humano superior” ou um “homem diferenciado”, e prová-lo a si mesmo, tudo o resto é completamente secundário.

ciente para se ter ilusões de que algo possa mudar.

Entrar nos circuitos culturais e políticos da modernidade (e, portanto, ter repercussões e ver que o trabalho feito serve para algo) implica um nível tal de compromissos, renúncias e adaptações que, simplesmente, não vale nem a pena abordá-lo. Aqueles que hoje em dia continuam a apresentar-se como “intransigentes” e activistas, que corresponderiam a um “tipo humano superior”, ou andam a enganar-se, ou estão na luta política por alguma carência, ou simplesmente, por uma dinâmica endiabrada, quase como se uma força de inércia os empurrasse desde o passado.

Evola ensinou-me duas coisas: em primeiro lugar a necessidade de esforço em todo o momento, a toda a hora, para perceber as características de um tempo. A isso chama-se “objectividade” (e para definir uma “nova objectividade” utiliza 40 páginas do seu *Cavallar...*). Há que nos esforçarmos continuamente para perceber o mundo tal como ele é, tentando sobretudo não nos enganarmos, querendo vê-lo tal como gostaríamos que ele fosse. Objectividade sempre, objectividade acima de tudo. Em segundo lugar ensinou-me a importância da clarividência: renúncias as mínimas, compromissos somente quando inevitáveis, qualidade antes e acima da quantidade, elite em detrimento das massas, mas a elite apenas existe quando o demonstra, não quando se qualifica a si mesma como tal; a política não é um fim em si mesma mas sim um meio para alcançar um fim, a construção de um quadro orgânico para a Comunidade do Povo, de outra maneira não é mais do que uma forma para satisfazer egocentrismos de pobres tontos, carências afectivas ou simplesmente para ocupar tempo livre... O essencial. O importante, o autenticamente importante, é ser “de verdade” ou um “tipo humano superior” ou um “homem diferenciado”, e prová-lo a

si mesmo, tudo o resto é completamente secundário.

*

* *

Por tudo isto, estes dias, enquanto estava a escrever um ensaio sobre *Julius Evola e o Neofascismo* que será publicado nos próximos meses na “Revista de Historia del Fascismo”, surgiram-me todas estas reflexões que transmito aos leitores desta página. Os textos de apoio podem ser encontrados na Biblioteca Evoliana². Não se trata de um debate novo mas sim da continuação de uma conversa que tive no Inverno de 1980 com Philippe Baillet em Paris. Era Baillet tradutor para francês dos textos de Julius Evola e autor de uma notável biografia de Evola que traduzi e editei ao regressar a Espanha. Uma viagem recente à Sardenha neste mês de Setembro deu-me a oportunidade de meditar novamente sobre aquela conversa e de reler os textos de Evola para a elaboração do ensaio sobre as relações de Evola com os grupos neofascistas entre 1949 e 1974. E essas linhas que escrevi correspondem a falar sozinho em voz alta. Porque, na realidade, estamos sós, nascemos sós, ainda que nos vejamos rodeados de seres queridos, mantenhamos uma vida social intensa, na realidade, estamos sempre sós: dentro de mim não há ninguém... se houvesse alguém não seria eu, seria outro. E se fosse outro estaria alienado, por isso, quando escrevemos falamos apenas para nós próprios. Evola sabia-o e os seus livros não são mais que as reflexões interiores de um homem preocupado com o tempo no qual lhe calhou viver e que, na realidade, não era o seu.

* Publicado no blogue pessoal de Ernesto Milà (<http://infokrisis.blogia.com>).

1. Traduzido para português pelo Prof. António José de Brito sob o título “Directrizes”, e publicado no volume *Para a compreensão do Fascismo* (Ed. Nova Arrancada).

2. Disponível em <http://juliusevola.blogia.com>.



O nosso movimento não é apenas uma maneira de pensar, é uma maneira de ser. Temos que adoptar, perante a vida, em cada um dos nossos actos, uma atitude humana, profunda e completa. Esta atitude é o espírito de serviço e sacrifício, o sentido ascético e militar da vida.

José Antonio Primo de Rivera